

AJUSTE DIRETO

N.º 0162 - DGCP - 2021

“Prestação de Serviços de transporte e mudanças de mobiliário e equipamentos entre o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Transição Digital da sua atual morada na Rua da Prata, nº 8, 1149-057 Lisboa, para o edifício da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital, na Av. Da República, nº 79-A, 1069-218 em Lisboa.”

Caderno de Encargos

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de transporte e mudanças de mobiliário, equipamentos e arquivo, entre a Rua da Prata, nº 8, 1149-057 Lisboa, para o edifício da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital, na Av. Da República, nº 79-A, 1069-218 em Lisboa.

Cláusula 2.ª

Local da prestação de serviços

1. A prestação de serviços objeto do presente contrato deverá ser efetuada entre as instalações do Gabinete de Estratégia e Estudos, sitas na Rua da Prata, nº 8, 1149-057 Lisboa, para o edifício da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital, sito na Av. Da República, nº 79-A, 1069-218 em Lisboa.
2. A prestação de serviços deverá ser efetuada, preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 18h00, podendo, caso as naturezas das tarefas assim o determinem, realizar-se fora deste horário, designadamente sábados, domingos e feriados, sob indicação de responsável do GEE.
3. A execução dos serviços será prestada de forma faseada e de acordo com a solicitação da entidade adjudicante.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução dos serviços

1. O contrato terá o seu início em data a ser designada pelo GEE e dentro de um intervalo desde a data da assinatura do contrato e durante o mês de dezembro de 2021.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª

Identificação dos serviços e obrigações da entidade adjudicatária

1. Pretende-se adquirir a seguinte prestação de:
 - a) Desmontagem e montagem de mobiliário e estantes de arquivo;
 - b) Embalagem e desembalagem de documentação;
 - c) Transporte de móveis e documentação.

2. A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar os meios técnicos necessários para os serviços a realizar, nomeadamente:

- a) Viaturas adequadas para o transporte em questão;
- b) Pessoal para carga/descarga;
- c) Pessoal para embalagem/desempacotamento de arquivo;
- d) Pessoal para desmontagem/montagem de mobiliário e estantes de arquivo;
- e) Pessoal para executar mudanças internas;
- f) Fornecimento de caixas de cartão com fita incluída, de forma a permitir o correto acondicionamento e transporte de bens;
- g) Fornecimento de rolos de bolha para o acondicionamento dos bens;
- h) Elevador exterior (se necessário);
- i) Fornecimento de carrinhos;
- j) Toda a ferramenta necessária inerente aos trabalhos.

3. A prestação de serviços a realizar será acompanhada por um funcionário do GEE / Secretaria-Geral da Economia, nomeado para o efeito.

4. Para além de cumprir com os serviços indicados nos números anteriores da presente cláusula, constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicatária:

- a) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários à execução do contrato de forma regular e contínua e com os níveis de qualidade de serviço adequados;
- b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a presente prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante;
- c) Cumprir com as condições fixadas para a execução do contrato, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Toda e qualquer alteração, no que respeita aos serviços contratados, carece de uma aprovação prévia por parte da Secretaria-Geral da Economia.

Cláusula 5.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- 1. Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pela entidade adjudicatária, em conformidade com as condições de pagamento estabelecidas no presente contrato.
- 2. Nomear um gestor de contrato, nos termos do nº 1 do artigo 290º-A do CCP, pela gestão do contrato, a celebrar ao abrigo do presente procedimento e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.

3. Monitorizar a prestação de serviços, no que respeita às condições da prestação e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 6.ª

Preço base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços que constitui objeto do presente contrato, é de € 5.915,30 (cinco mil novecentos e quinze euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª

Preço contratual de condições de pagamento

1. O preço contratual máximo estimado é de € 5.915,30 (cinco mil novecentos e quinze euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a prestação de serviços que constitui objeto do presente contrato.
2. A entidade adjudicante procederá, única e exclusivamente, ao pagamento dos serviços que efetivamente solicite e venham a ser fornecidos e prestados pela entidade adjudicatária.
3. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao GEE.
4. O valor total do contrato pode não ser executado na sua totalidade, não podendo o adjudicatário pedir qualquer indemnização caso se venha a verificar tal facto.
5. A faturação será faseada e de acordo com os serviços prestados.
6. A quantia devida será paga no prazo de 30 dias após a receção da fatura, após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
7. As faturas deverão ser emitidas em nome de GEE/GAFME –com referência ao número de identificação fiscal 600075079 e ao número de compromisso constante no contrato, e devem ser remetidas para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública-FEAP, quando a Entidade Adjudicatária se encontre registada no mesmo, ou por meio eletrónico para o endereço de e-mail: faturacao.dsfe@sgeconomia.gov.pt ou via CTT para a Av. da República, nº 79, 1069-218 Lisboa, Portugal, devendo ser privilegiado um dos dois primeiros meios indicados.
8. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito à entidade adjudicatária, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.

10. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 8.ª

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Gestor do Contrato

1. A entidade adjudicante designa a Dra. Liliana Santos, como gestor do presente contrato, que tem a função de acompanhar permanentemente a execução da presente prestação de serviços.
2. A gestora do contrato deverá proceder nos termos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, de modo a aferir os níveis de desempenho da entidade adjudicatária, a execução financeira, técnica e material do presente contrato.
3. Em caso de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve a gestora comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Antes do início de funções o gestor do contrato irá subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato, a entidade adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará à entidade adjudicatária.

Cláusula 10.ª

Dados pessoais

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a efetuar um tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais.
2. Os dados pessoais devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, bem como ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, devendo ser apagados, findo o tempo necessário para a finalidade para o qual foram recolhidos, apenas podendo ser comunicados/transmitidos à Direção Superior da entidade adjudicante.

Cláusula 11.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 13.ª

Seguros

1. É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, no contexto de ações no âmbito do presente contrato.
2. A entidade adjudicatária obriga-se a subscrever, a expensas suas, apólices de seguro que cubram quaisquer danos causados a terceiros no âmbito do presente contrato.
3. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.
4. É da responsabilidade da entidade adjudicatária, a contratação de seguro de responsabilidade civil para manuseamento e transporte de bens.

Cláusula 14.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante pode exigir à Entidade Adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e cujo valor poderá ser até 20% do preço contratual.
2. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer à Entidade Adjudicatária por fax, e-mail ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

Cláusula 15.ª

Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

Cláusula 16.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.ª

Dever do Sigilo

1. A entidade adjudicatária obriga-se a manter sigilo, sobre toda a informação de que venha a tomar conhecimento, por via direta ou indireta, no âmbito da prestação de serviços em causa e vincula-se a não utilizar essa informação para outros fins que não aqueles destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, indicados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente contrato, rege-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável em razão da matéria.